

SJBA se despede do juiz federal Pompeu de Sousa Brasil



A Seção Judiciária da Bahia se despede hoje, dia 03 de julho, do juiz federal Pompeu de Sousa Brasil. O magistrado faleceu na manhã de ontem, dia 02, em decorrência de um infarto. A missa de corpo presente foi realizada no auditório da Seccional e o sepultamento aconteceu no Cemitério Jardim da Saudade. O diretor do Foro em exercício, juiz federal Fábio Moreira Ramiro, por meio da Portaria 8462611, decretou luto oficial de cinco dias na sede da SJBA e Subseções Judiciárias vinculadas.

Titular da 3ª Vara Cível, Dr. Pompeu assumiu a Direção do Foro da Seção Judiciária da Bahia no dia 08 de janeiro de 2001, sucedendo a juíza federal Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann. Em seu discurso de posse, o magistrado destacou a importância da união entre as pessoas e, para ilustrar sua convicção no valor do trabalho em conjunto, citando a frase do célebre escritor Leo Buscaglia que diz: “Somos todos anjos de uma única asa. Precisamos nos abraçar para podermos voar”.

A Direção do Foro e o Justiça Federal Hoje externam seu profundo pesar e solidariedade aos familiares e amigos do magistrado, prestando uma homenagem a sua memória lembrando a Edição nº 2.711, de 15/05/08, quando concedeu uma entrevista especial para falar sobre sua trajetória e a experiência de ter sobrevivido a um infarto. Confira:

“(…) O nascimento de Pompeu de Sousa Brasil ocorreria 43 anos antes, em Fortaleza, em 1964, quarto filho de uma feira de seis irmãos, três homens e três mulheres. A família de Antonio Eduardo Pompeu de Sousa Brasil, o pai, juiz de direito, e de Maria Suzana de Sousa Brasil era extremamente unida.

Naquela época, o sertão do Ceará era um terreno bravio e o juiz Antonio Eduardo, conhecido pelo sobrenome, Dr. Pompeu, passava a semana no interior. Atuava em comarcas distantes onde o juiz, para exercer seu trabalho, tinha que galvanizar a alma, resistir a todo tipo de pressão e passar num verdadeiro teste de coragem.

O menino Pompeu, cujo prenome é uma homenagem do pai ao sobrenome

da família, teve a infância marcada pelos reflexos das tensões da profissão do seu pai. Eram comuns os telefonemas anônimos, as ameaças, os cuidados redobrados com a segurança em casa. Como o Estado não oferecia estrutura de segurança, isso ficava a cargo dele e do irmão mais velho, além da coragem da mãe que criou os seis filhos assim.

Essas circunstâncias fizeram com que o menino Pompeu amadurecesse muito rápido. E por conta desses fatos, a família tornou-se muito coesa. “Nós éramos seis e como havia a peculiaridade do pai passar a semana fora, nós nos protegíamos mutuamente nesse círculo mais íntimo. Nós sempre nos bastamos muito no conceito familiar”, lembra Pompeu, com saudade daquele tempo.

Pai e filho tornaram-se muito próximos e ele pode desfrutar de mais tempo ao lado do pai quando este veio a ser presidente do júri em Fortaleza. Nessa época, o filho já estava na faculdade de Direito e ambos puderam conviver no ambiente de trabalho dele. Mas o destino não quis que o juiz Antonio Eduardo testemunhasse que o jovem Pompeu seguiria o mesmo caminho por ele trilhado, tornando-se também magistrado. Antonio veio a falecer precocemente, aos 56 anos de idade.

Pompeu tornou-se juiz federal três anos após a morte do seu pai. Os cinco irmãos também seguiram a carreira jurídica, sendo uma das irmãs Juíza de Direito no Maranhão. Antonio Eduardo teria se orgulhado muito disso. A mãe, Maria Suzana de Sousa Brasil, até o nascimento do terceiro filho, cuidava apenas da família e do lar, mas também acabou seguindo a carreira jurídica, formando-se em Direito e tornando-se procuradora do município em Fortaleza.

Formado aos 21 anos, Pompeu advogou por dois anos até o ingresso na Justiça Federal de Fortaleza em 1987 no cargo de oficial de justiça avaliador. Aprovado em segundo lugar, tornou-se o primeiro já que quem ficou naquela classificação fez outra opção e coincidentemente também é juiz federal hoje.

A opção de deixar a advocacia em favor da estabilidade e da segurança de um emprego federal deveu-se ao fato de Pompeu já estar então, aos 23 anos, casado com Adriane e já com dois filhos. Ele precisava da estabilidade que a Justiça Federal proporcionaria. Hoje, não esquece de registrar a grande dívida com a instituição, apesar de reconhecer que isso não é um privilégio seu, pois muitos servidores e magistrados têm a mesma dívida.

Mas o Ceará ficara para trás, como um retrato na parede que não dói. O sentimento de família, porém, o acompanhou quando se mudou em 1994 para Teresina, já como juiz federal substituto. A escolha do Piauí deveu-se à proximidade do Ceará. Sua classificação no concurso permitiria escolher qualquer local da 1ª Região, mas ele pensou que faria uma curta temporada em Teresina para logo fazer o caminho que muitos cearenses fazem: deixam sua terra para depois voltar. Mas a adaptação no Piauí foi rápida, juntamente com a receptividade dos piauienses. Os seis meses projetados viraram quatro anos e meio e a família adaptou-se muito bem e até hoje mantém o vínculo afetivo com amigos feitos naquele período. Pompeu se admira com os mistérios da coincidência. Há poucos dias recebeu a informação de que em 30 de maio receberá uma comenda da Justiça Federal do Piauí.

Seu outro grande patrimônio é a família. A esposa e os três filhos são seu estêo e porto seguro. Os rapazes o enchem de orgulho. Os mais velhos formam-se este ano. Israel, em Medicina, e Daniel em Direito. Eduardo, com 15 anos, ainda não fez a opção profissional. Daniel já foi estagiário na Justiça Federal e manifesta pendor pela profissão do pai. O sonho do pai é que ele também seja juiz. Terceira geração dos Pompeu. O avô Antonio Eduardo ficaria muito orgulhoso.

Pompeu reflete que deve tudo que é, em um determinado plano, à Justiça Federal. Mas num outro plano deve muito a Adriane. “Nós nos casamos muito jovens e tudo foi construído a quatro mãos. Adriane soube criar exemplarmente os nossos filhos, pois a magistratura toma muito tempo do convívio com a família”. Adriane teve que se desdobrar e por isso sacrificou-se profissionalmente. Ela também havia se formado jovem em Direito, advogou por algum tempo, tinha escritório em Fortaleza, mas quando o marido ingressou na magistratura, a família se mudou para Teresina com três filhos pequenos.

A cidade ainda era pequena e eles não tinham parentes ou amigos ali. Os dois mais velhos logo se projetaram na natação, durante muito tempo sendo hegemônicos nas suas categorias. Tudo isso graças a Adriane. “Tenho que reconhecer que ela permitiu um hiato na sua vida profissional em favor da minha opção pela magistratura federal. Eu a afastei da sua terra e da sua família. Adriane representa para mim uma linha mestra, nada da minha vida foi deliberado sozinho. Meus êxitos não posso dizê-los só meus”, reconhece, segurando a emoção.

A Bahia surgiu em sua vida em 1998 quando foram criadas novas Varas Fede-

rais. Ele queria fazer um mestrado e em Teresina não havia mestrado em Direito. O estímulo ficou por conta do colega juiz federal Dirley da Cunha Júnior, que trabalhava no Piauí como procurador da República. Dr. Dirley lhe falava muito do curso do professor Calmon de Passos e foi quem lhe despertou para o crescimento profissional e acadêmico.

Outra pessoa que atuou como embaixadora da Bahia e o influenciou para vir para cá foi a juíza federal Kátia Balbino. Pompeu a conheceu em um evento no Piauí. Lembra: “Ela me falou muito bem da Bahia, das belezas e encantos desta terra, despertando ainda mais minha vontade de vir.” Como no Piauí não tinha laços familiares e a Bahia sempre o seduziu, decidiu-se pela praticidade de viver aqui e avançar na carreira acadêmica e profissional.

Chegou a Salvador em 3 de novembro de 1998 e é titular da 3ª Vara desde então. Para ele, que em 2008 completa dez anos de Bahia, este é um ano cheio de outros significados. Também faz 21 anos de Justiça Federal, dois filhos se formam neste ano e ainda neste mês recebe homenagens no Piauí e na Bahia. A Assembléia Legislativa baiana decidiu homenageá-lo com a outorga do título de Cidadão Baiano.

Este título tem para Pompeu um valor mais do que simbólico, já que sempre se considerou baiano de coração. “O filho de sangue a gente ama muito, mas o filho adotado é uma escolha madura. Sinto-me envaidecido por ter sido adotado pela Bahia, pois eu já a havia adotado”, comenta.

A Bahia já está definitivamente na vida dos Pompeu. Adriane, após retomar a carreira profissional, passou num concurso do Tribunal de Justiça da Bahia. O filho do meio tem fortes vínculos afetivos com a namorada baiana e as duas famílias são muito amigas. O filho caçula incorporou tudo da Bahia, é torcedor do Vitória e tem gostos totalmente consolidados da nossa terra. Mas Pompeu garante que nunca deixou que nenhum dos filhos perdesse os laços com a família, com a história dos ancestrais para que eles sempre soubessem que têm suas identidades.

“No ano em que eu faço 10 anos de Bahia isso tudo consolida minha vinda para cá. Vim determinado a ficar. O que a Bahia não me proporcionasse nenhum lugar o faria. Por isso não me interessei para ir para nenhum outro lugar” conclui.

Se lhe faltava o título de cidadão baiano, agora nem isso falta mais. A Bahia preserva a tradição de receber a todos de braços abertos e acolhe-o como um verdadeiro filho da terra.”

Texto de Luiz Goulart (adaptado).